



Autonomia Digital: Descomplicando o conceito

Digital Autonomy: Uncomplicating the concept

Alexandre E. dos Santos¹, Michelle C. Pizatto²

¹ Instituto Federal do Rio Grande do Sul - Campus Porto Alegre

² Instituto Federal do Rio Grande do Sul - Campus Porto Alegre

RESUMO

Este artigo tem como objetivo abordar o termo Autonomia Digital em relação ao uso de tecnologias digitais na educação, destacando como essas têm impactado o processo de ensino-aprendizagem, ao mesmo tempo em que apresentam questões complexas que precisam ser enfrentadas. Neste contexto em constante evolução, é fundamental compreender como as tecnologias digitais estão moldando o futuro da educação e como podemos aproveitar o seu potencial para criar ambientes educativos mais eficazes e inclusivos. Nesse sentido, este artigo visa conceituar o termo Autonomia Digital e fazer uma desambiguação com relação ao uso de termos como Competência Digital, Alfabetização Digital, Letramento Digital e Fluência Digital.

Palavras-Chave: Autonomia Digital; Competência digital; Alfabetização Digital; Tecnologias digitais.

ABSTRACT

This article aims to address the term Digital Autonomy in relation to the use of digital technologies in education, highlighting how it impacts the learning-learning process, while at the same time presenting these complex tasks that we need to face. In this context of constant evolution, it is essential to understand how digital technologies are shaping the future of education and how we can discover their potential to create more effective and inclusive educational environments. In this sense, this article aims to conceive the Term Digital Autonomy and describe the relationship with the use of terms such as Digital Competence, Digital Literacy and Digital Fluency.

Keywords: Digital Autonomy; Digital skills; Digital literacy; Digital technologies.

1. Introdução

A educação vem sofrendo alterações bruscas em função do aparecimento de novas tecnologias e mudança do perfil dos estudantes, ocasionando uma revolução digital na educação. Nas últimas décadas, as tecnologias digitais invadiram o cenário educacional, redefinindo a dinâmica da sala de aula e abrindo novas portas para o conhecimento. O avanço rápido e constante da tecnologia tem transformado

a maneira como aprendemos e ensinamos, ampliando significativamente as possibilidades de acesso ao conhecimento e inovação pedagógica.

Com isso, a mudança na metodologia tradicional de ensino para adaptação ao novo perfil de estudantes se faz necessária, para tornar o aprendizado mais eficiente diante deste público tecnológico. A mudança de metodologias tradicionais têm como ponto de partida a inclusão de tecnologias digitais (TD), que até então eram deixadas de lado ou até mesmo barradas de seu uso em sala de aula, fazendo com que o aprendizado seja algo que desperte o interesse dos estudantes. Assim, o papel fundamental das tecnologias digitais na educação é oferecer meios facilitadores para este aprendizado tornando as metodologias de ensino mais atrativas e dinâmicas.

Contudo, a utilização de tecnologias digitais na educação não é trivial, uma vez que não se trata apenas de uma adaptação dos recursos e dos métodos de ensino. Além disso, se faz necessário desenvolver um conjunto de habilidades e atitudes nos estudantes, para que os mesmos possam utilizar e aprender com tais tecnologias.

As definições de habilidades e atitudes empregadas na educação com o uso de tecnologias digitais, e especialmente na educação à distância (EAD), vem sendo gradativamente mapeadas e conceituadas, visando facilitar a sua compreensão. Nesse sentido, este artigo visa conceituar o termo Autonomia digital e fazer uma desambiguação com relação ao uso de termos como Competência Digital, Alfabetização Digital, Letramento Digital e Fluência Digital.

2. Fundamentação Teórica

O significado da palavra autonomia etimologicamente vem do grego; é uma junção de auto, que significa “de si mesmo” + nomos, que significa “lei”. Autonomia é a liberdade moral ou intelectual do indivíduo; independência pessoal; direito de tomar decisões livremente (MICHAELIS, 2022).

Freire (1996) discorre que a autonomia do ser humano é libertadora e contrapõe a dependência do ser

Um esforço sempre presente à prática da autoridade coerentemente democrática é o que a torna quase escrava de um sonho fundamental: o de persuadir ou convencer a liberdade de que vá construindo consigo mesma, em si mesma, com materiais que, embora vindos de fora de si, reelaborados por ela, a sua autonomia. É com ela, a autonomia, penosamente construindo-se, que a liberdade vai preenchendo o “espaço” antes “habitado” por sua dependência. Sua autonomia que se funda na responsabilidade, que vai sendo assumida” (FREIRE, 1996, p.63).

O autor ainda discorre que

A autonomia vai se constituindo na experiência de várias, inúmeras decisões, que vão sendo tomadas. [...] ninguém é sujeito da autonomia de ninguém. Por outro lado, ninguém amadurece de repente aos 25 anos. A gente vai amadurecendo todo dia, ou não(FREIRE, 2000, p. 107).

Do mesmo modo, Jesus e Said (2008, p. 285) definem a autonomia como a “(...) capacidade que o ser humano tem para decidir, decisões essas que irão afetar sua vida, sua saúde, sua integridade físico-psíquica e suas relações sociais com o mundo externo”. Tais autores também trazem que todo ser humano nasce com a capacidade denominada autonomia, e ela estaria relacionada com a personalidade individual de cada um:

Quanto à capacidade, ela é decorrente da personalidade que é a qualidade inerente a todo ser humano, consistindo na aptidão físico-psíquica para o exercício de direitos com responsabilidade absoluta ou relativa por seus atos, mas essa capacidade para agir está sempre sujeita às condições que a lei estabelece sendo distinta para cada setor da atividade humana (JESUS; SAID, 2008, p. 285).

Já Sá e Oliveira (2007) ressaltam que os seres humanos nascem sem autonomia e são dependentes de outros seres humanos ao nascerem, mas desenvolvem a sua autonomia no passar do tempo.

Ao nascer, o ser humano não possui qualquer autonomia, pois não pode, de modo algum, governar se por si próprio. Ele está totalmente vinculado às forças biológicas (fome, frio, sede, calor) e reflexos inatos (chorar quando tem fome, soluçar, mexer os membros superiores e inferiores involuntariamente, espirrar, bocejar). Dessa forma, o ser humano torna-se autônomo. E neste caminho de desenvolvimento e consequente conquista de sua autonomia (SÁ; OLIVEIRA, 2007, p. 8).

Eles ainda destacam que a autonomia seria uma capacidade necessária para o ser humano agir livremente e deliberar os seus objetivos pessoais: “Autonomia é a capacidade para deliberar, isto é, calcular os meios necessários para atingir um fim, e para escolher, em outros termos, é autônomo um ser capaz de agir livremente” (SÁ e OLIVEIRA, 2008, p. 9). Nesse sentido, a autonomia é considerada fundamental nas escolhas individuais de cada um, e condição obrigatória à liberdade: para ser livre, é necessário ser autônomo.

Diante do exposto pelos autores, é possível afirmar que para os seres humanos serem independentes, livres e com capacidade de realizar escolhas em suas vidas, precisam desenvolver a sua própria autonomia. Por sua vez, Kant (2007) define a autonomia como a possibilidade de escolhas individuais feitas por cada ser humano. Com isso, ele defende a autonomia como um princípio, denominado de

autonomia da vontade.

o imperativo tinha que resultar sempre condicionado e não podia servir como mandamento moral. Chamarei, pois, a este princípio, princípio da Autonomia da Vontade, por oposição a qualquer outro que por isso atribuo à Heteronomia. (KANT, 2007, p. 75)

Mas autonomia é vista como uma capacidade relativa por Barroso (2006), pois em algumas situações somos autônomos e em outras podemos não ser.

A autonomia é um conceito relacional (somos sempre autônomos de alguém ou de alguma coisa) pelo que a sua ação se exerce sempre num contexto de interdependência e num sistema de relações. A autonomia é também um conceito que exprime um certo grau de relatividade: somos mais, ou menos, autônomos; podemos ser autônomos em relação a umas coisas e não o ser em relação a outras. A autonomia é, por isso, uma maneira de gerir, orientar, as diversas dependências em que os indivíduos e os grupos se encontram no seu meio biológico ou social, de acordo com as suas próprias leis (BARROSO, 1996, p. 17).

Portanto, conforme mencionam os autores, a autonomia seria uma capacidade individual de cada ser que pode depender de fatores externos, mas sempre estaria ligada às escolhas individuais de cada ser humano, feitas através de sua própria vontade.

Ao abordar a questão, Freire (1996, p. 55) diz que “a autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser”. Em um mundo digital, a autonomia libertadora descrita por Freire vem ganhando novos contextos. Com o avanço da tecnologia, os conhecimentos digitais se fazem presentes diariamente na vida das pessoas, tanto no âmbito social, como no âmbito educacional. No âmbito social, as TD se fazem presentes através da necessidade de utilização de diversos aplicativos. Buscar auxílio médico, acessar algum benefício social, entre outras atividades cotidianas, estão cada vez mais atrelados à utilização de conhecimentos em TD.

Para os relacionamentos interpessoais, o mundo digital também trouxe inovações, e com elas a necessidade de se dominar as TD. Castells (1999, p. 57) relata que as “tecnologias da informação estão integrando o mundo em redes globais de instrumentalidade, a comunicação mediada por computadores gera uma gama enorme de comunidades virtuais”. A conversa e a interação entre pessoas têm migrado do “presencial” para plataformas da internet, com a utilização de redes sociais como Facebook, Instagram, LinkedIn, assim como aplicativos de mensagens instantâneas como Whatsapp e Telegram, e com isso, para se conviver em sociedade

em um mundo digital, também se faz necessário o conhecimento em TD. Este movimento de relacionamento pessoal por meio de mídias sociais é relatado por Bressane (2016):

Com a massificação das mídias sociais e smartphones conectados, fortalece a cultura da autonomia, por garantir a todas as pessoas conectadas a “autonomia na emissão de mensagens, autonomia na seleção da recepção de mensagens, autonomia na organização de redes sociais próprias e na organização de um hipertexto cognitivo e formativo em que estão todas as informações digitalizadas (CASTELLS, 2005 apud, BRESSANE, 2016, p. 3).

Neste contexto, Castells (1999, p. 21) afirma que “(...) uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação está remodelando a base material da sociedade em ritmo acelerado”. Já a relação entre o mundo real e o mundo digital é ponderada por Moran (2009):

Nossa vida interligará cada vez mais as situações reais e as digitais, os serviços físicos e os conectados, o contato físico e o virtual, a aprendizagem presencial e a virtual. O mundo físico e o virtual não se opõem, mas se complementam, se integram, combinam numa interação cada vez maior, contínua e inseparável. Ter acesso contínuo ao digital é um novo direito de cidadania plena (Grifo do autor) (MORAN, 2009, p. 9).

Nesse universo, a construção da autonomia também seria pleiteada através de grupos de pessoas que buscam o mesmo ideal e possuem o mesmo interesse, através da “defesa do alargamento das bases democráticas das relações sociais e políticas” (MARTINS, 2002, p. 215). Nesse sentido, concordamos com Serafini (2011, p. 123) quando ele aponta que a “autonomia é um processo gerado também de forma colaborativa”.

Assim sendo, pode-se considerar que, na atualidade, para o ser humano estar inserido em um grupo social, em um mundo digital, conseguindo exercer o seu direito de cidadania plena, é necessário que a autonomia com a utilização de TD esteja presente em seu dia a dia.

Segundo Martins (2002, p. 224), o termo autonomia na educação já se apresentava na Grécia antiga, uma vez que o “processo dialógico de ensinar contido na filosofia grega, preconizava a capacidade do educando de buscar respostas às suas próprias perguntas, exercitando, portanto, sua formação autônoma”. No âmbito educacional, as TD têm causado mudanças no processo de aprendizagem, impulsionadas pela disseminação da educação a distância (EAD) no Brasil e os efeitos causados pela pandemia de Coronavírus (COVID-19). Estes dois fatos intensificaram o uso de recursos digitais para auxiliar no aprendizado das

estudantes, por meio de AVAs, como o Google Classroom e o Moodle; ferramentas de videochamadas, como o Google Meet, Teams e o Zoom; entre outros recursos tecnológicos digitais.

A utilização de tecnologia vem impactando a educação e o aprendizado dos estudantes, segundo Bittencourt e Albino (2017),

Estamos vivenciando uma nova realidade, a era da informação e da tecnologia, a qual os alunos, professores e a sociedade geral mudaram seus pensamentos e a sua forma de agir. Assim como tudo mudou ao longo dos anos, a educação também mudou nos últimos anos (BITTENCOURT e ALBINO, 2017, p. 208).

Da mesma forma, Debus (2015) ressalta que os professores devem buscar ações pedagógicas diferenciadas para os estudantes que nasceram em um mundo digital:

Podemos dizer que devemos buscar ações pedagógicas que diminuam a distância entre os espaços das instituições, as tecnologias e o lugar onde crianças e adolescentes habitam. Contudo, faz-se necessário conhecer novas habilidades, novos comportamentos e novos contextos culturais que envolvem a relação ensino/aprendizagem desses indivíduos que nasceram em um mundo intensamente digital (DEBUS, 2015, p.15).

Diante das considerações citadas, é possível perceber que a atuação do professor em sala de aula precisa acompanhar a evolução tecnológica provocada pelas TD, pois o comportamento e pensamento dos estudantes também está se modificando através deste novo contexto cultural.

Bittencourt e Albino (2017) entendem que mesmo nascendo em um mundo digital, os estudantes não têm conhecimento adequado na utilização de TD para os processos de aprendizagem

Um dos desafios que a sociedade e as instituições de ensino encontram neste momento é a falta de conhecimento e treinamento em mídias digitais de toda comunidade acadêmica. Esse pode ser um dos fatores que têm contribuído para a não utilização adequada das novas tecnologias disponíveis nas atividades de ensino e aprendizagem (BITTENCOURT e ALBINO, 2017, p. 206).

O termo autonomia utilizado no contexto de utilização de TD, na visão de Behar (2013, p. 71), “(...) está associada ao ato de tomar decisões e ao uso de tecnologias para potencializar a aprendizagem, sendo constituída, principalmente, pelas relações sociais estabelecidas no processo”.

Nesta perspectiva, Mossman (2018) afirma que a escola tem um papel fundamental em formar cidadãos autônomos, e ela faz uma crítica aos currículos escolares ao dizer que “(...) os currículos e saberes escolares são formatados para necessariamente instruir os indivíduos para o trabalho, mas nem sempre conseguem formar sujeitos para serem cidadãos autônomos (MOSSMAN, 2018, p. 14)”.

Ancorado nesta abordagem, consegue-se afirmar que o processo de desenvolvimento da autonomia dos estudantes teria como pilar fundamental a escola, onde, com a utilização de TD, o aprendizado seria potencializado, mas este nunca seria concretizado se não houvesse a relação de aproximação e envolvimento de toda a comunidade escolar gerando um aprendizado significativo e inovador.

3. Tecnologias Digitais

Gabriel (2013), traz a definição de tecnologias digitais (TD) como sendo o:

vasto elenco digital de tecnologias e plataformas que se popularizou nas últimas décadas, como o vídeo digital, tv digital, vídeo imersivo, internet, páginas digitais, e-mail, plataformas digitais de redes sociais, plataforma digitais de busca, tecnologias mobile, tecnologias inteligentes de voz, softwares, softwares educativos, games, entretenimento, entre outros (GABRIEL, 2013, p. 37).

As TD vêm trazendo mudanças de comportamento na sociedade, criando uma nova cultura, denominada de cultura digital, que tem como uma de suas características as múltiplas formas de comunicação e interação proporcionadas pelos meios virtuais (MARCHIO, 2015). Além disso, as inúmeras possibilidades de aprimoramento de conhecimentos proporcionadas por tais tecnologias criam um espaço sem fronteiras para diversos campos, dentre eles os relacionados à área de educação.

Para Moraes (2020), as TD são importantes para a democratização da educação pois

[...]as Tecnologias Digitais são importantes para as práticas pedagógicas, e são vistas como uma nova metodologia no ensinar e no aprender e do ponto de vista social, promovem a democratização da educação e oportunizam a emancipação humana (MORAIS, 2020, p. 40).

Assim, para além da possibilidade de novas práticas educativas, deve-se considerar que as TD contribuem para diminuir distâncias, levando o aprendizado a lugares distantes através de sistemas chamados de ciberespaços. Há de se ponderar, contudo, que estas tecnologias não podem ser a única forma de aprendizado, não substituindo o convívio presencial dos estudantes no ambiente escolar, o qual promove o desenvolvimento de um aprendizado social, respeitando

as diferenças individuais de cada estudante.

4. Competência Digital

Com o avanço das TD, houve a necessidade, por parte de pesquisadores, de delimitar e definir quais são as competências necessárias para a utilização das TD. No livro “Competências em educação a distância”, Behar (2013, p. 70) traz algumas definições de competências necessárias aos estudantes optantes pela EAD: “Na literatura, o termo competência, quando associado às TIC, é reconhecido pelas expressões: competência informacional, competência digital ou competência virtual”.

A definição de competência digital segundo Behar (2013) seria:

A competência digital está vinculada diretamente à competência informacional. Isto é, ela abrange a pesquisa e avaliação das informações em meio digital ou por meio da internet” (SANTOS, 2005, p.10 apud BEHAR, 2013, p.70).

Do mesmo modo, Vivancos (2008), define que a competência digital seria a habilidade de conseguir utilizar as TIC de forma autônoma, em busca de informações e com isso transformá-las em conhecimento.

Para Autran (2017) as competências digitais são aspectos associados às formas de aprendizagem, uso, criação, avaliação e comunicação utilizando as tecnologias digitais.

Para Borges, Nascimento e Rodrigues (2023), a utilização do termo competência em educação, precisa de cautela pois:

o resgate do termo competência em Educação é complexo e polissêmico, já que surge da área empresarial. Esse termo é utilizado massivamente na elaboração dos currículos. Sobre esse aspecto, é fortemente naturalizado que o currículo e a diplomação de professores sejam atrelados a esse enfoque. Atualmente, vivencia-se esse fenômeno nas prescrições da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), voltadas aos estudantes da Educação Básica para o desenvolvimento de habilidades necessárias à sua vida profissional. (BORGES, NASCIMENTO e RODRIGUES, 2023, p.2).

5. Alfabetização Digital

Tarouco (2013, p. 286) define a alfabetização digital como: “aquisição de habilidades básicas para o uso de computadores e da Internet”.

Takahashi (2000, p 31) complementa a visão de Tarouco, levando em conta a transformação que o indivíduo adquire com a alfabetização digital.

a aquisição de competências básicas para o uso de computadores e também das redes, conjuntamente com o objetivo de transformar através desses meios não somente os indivíduos, mas também a comunidade em que está interagindo com uma postura de responsabilidade e sentido de cidadania. (TAKAHASHI, 2000. p. 31)

6. Letramento Digital

A capacidade de pesquisa e avaliações retiradas na internet é definida por Behar (2013) como Letramento Digital.

Santos (2007) define o conceito de letramento digital como:

O letramento digital implica realizar práticas de leitura e escrita diferentes das formas tradicionais de letramento e alfabetização. Ser letrado digital pressupõe assumir mudanças nos modos de ler e escrever os códigos e sinais verbais e não-verbais, como imagens e desenhos, se compararmos às formas de leitura e escrita feitas no livro, até porque o suporte sobre o qual estão os textos digitais é a tela, também digital (SANTOS, 2007, p.135)

Segundo Lankshear e Knobel (2008), o Letramento Digital faz parte de um conjunto maior de “novos letramentos”, que surgiram da necessidade de mudanças envolvendo todos os âmbitos em que o indivíduo está inserido, a sociedade, o trabalho, a escola e a família.

7. Fluência Digital

Azevedo e Francisco (2018) trazem a definição do termo fluência digital a partir dos estudos de Resnick (2002):

A fluência digital, para Resnick (2002), não é caracterizada apenas como a utilização da tecnologia. Mas, de acordo com o autor, as pessoas são apresentadas ao computador e ensinadas a como procurar informações na Internet, como utilizar um processador de textos e a enviar um e-mail, mas isso não as torna fluentes em tecnologia. Desse modo, podemos refletir que a fluência digital acontece quando a pessoa, além de saber utilizar, consegue criar tecnologia (RESNICK, 2002, p. 33 apud AZEVEDO e FRANCISCO, 2018, p. 745).

8. Metodologia

A metodologia utilizada baseou-se em uma abordagem qualitativa com ênfase em revisão bibliográfica e análise crítica de fontes. Na revisão bibliográfica, a literatura foi coletada no período de março-abril de 2024, no Portal de Periódicos

da CAPES, no ERIC Database e no Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Em ambos os portais, foi utilizado como termo de busca "digital autonomy", tendo como filtros a limitação de período dos dez últimos anos e a revisão por pares. Após a coleta inicial, sobre os artigos e dissertações/teses selecionados (21, 9 e 2, respectivamente) fez-se a busca do termo na integralidade do texto, a fim de eliminar aqueles cujo termo era meramente citado ou que não apresentava nenhuma definição ou características associadas ao mesmo. Sobre os textos que permaneceram, foi realizada análise de conteúdo a fim de identificar a definição de autonomia digital.

9. Resultados e discussões

Após a realização dos procedimentos metodológicos, obteve-se apenas 2 (dois) artigos e 1(uma) dissertação que trazem explicitamente definições sobre autonomia digital.

Em sua dissertação, Lucas (2015) aponta a falta de pesquisas relacionadas ao Termo Autonomia Digital, mas cita um termo denominado de Inclusão digital que estaria sendo mais discutido no meio acadêmico, porém para a autora, ambos seriam termos com conceitos diferentes. Segundo Lucas, Autonomia Digital seria:

O nosso entendimento sobre autonomia designa a independência em relação ao objeto de estudo (ABBAGNANO, 2012), um conceito mais amplo de que inclusão, ato de incluir a um grupo, então, a princípio é importante verificar se a documentação que orienta as práticas dentro da rede SESI-SP, autonomia digital, se caracteriza como uma inovação ao termo inclusão digital ou é apenas uma questão conceitual que se aproxima às pesquisas já investigadas. (LUCAS, 2015, p.129)

Já o termo de inclusão digital seria:

O termo inclusão digital, por sua vez, entendemos como a tentativa de garantir a todos o acesso às tecnologias de informação e comunicação de forma justa, ou seja, com qualidade suficiente e necessária para a manutenção da qualidade de vida (LUCAS, 2015, p.129)

O autor ainda discorre que apesar de terem definições diferentes, ambos os conceitos - Autonomia digital e Inclusão digital - estariam ligados à inserção de tecnologias nas escolas

Os dois conceitos estão ligados à inserção tecnológica na escola e apropriação de técnicas em prol de um conhecimento global e ação que se faz necessária para ter acesso como protagonista a uma sociedade hegemônica. (LUCAS, 2015, p.130)

Para HUU (2023), a definição de Autonomia digital seria:

(...) o senso de escolha de um indivíduo ao iniciar e regular suas ações separadas. A regulação das mudanças sociais provocadas pelo uso da tecnologia digital é alcançada através da autonomia digital. (HUU, 2023, p. 16)

Já para FAURE et al. (2020), Autonomia Digital seria encarada como um “espaço de manobra face aos usos digitais”, e a falta de Autonomia digital traria algumas restrições no âmbito profissional, pessoal e social.

Em termos concretos, um baixo grau de autonomia digital refere-se a uma posição onde haverá maiores restrições aos usos digitais e onde será difícil pôr em prática estratégias de sobrevivência sem o risco de ficar em desvantagem. (FAURE et al 2020, p. 4)

A autora ainda discorre que a falta de Autonomia Digital levaria a Exclusão Digital,

exclusão digital não apenas como resultado da falta de competências individuais, mas também como produto da falta de autonomia digital. Esta última noção é entendida como a escolha ou margem de manobra diante de usos prescritos em uma situação particular. (FAURE et al 2020, p. 3)

Considerando as definições retiradas dos textos, podemos definir autonomia digital como sendo a capacidade do indivíduo poder comunicar-se, expressando as suas vontades, opiniões e escolhas, através da seleção e utilização de recursos digitais de forma independente.

Além disso, ao comparar com as definições de Competência Digital, Alfabetização Digital, Letramento Digital e Fluência Digital, percebe-se que os três primeiros são constitutivos da Autonomia Digital (no sentido de serem competências e habilidades que o indivíduo deve dominar para se autônomo digitalmente), enquanto que o último descreve uma competência de caráter de criação de tecnologia que não é necessariamente essencial à autonomia digital.

Em suma, apesar de o termo autonomia digital ser muito utilizado na literatura, ele demonstra ser um termo pouco explorado e conceituado. Percebe-se que o termo em muitos momentos acaba se sobrepondo a outros termos como Competência Digital, Alfabetização Digital, Letramento Digital, Inclusão Digital e até mesmo Fluência Digital.

Mas ao estudarmos o termo Autonomia Digital, entende-se que o mesmo pode ser utilizado quando todos os outros termos abordados sejam de domínio amplo do estudante. Ser autônomo digital significa dominar as Tecnologias digitais, sendo alfabetizado, letrado, e fluente nestas tecnologias.

9. Considerações Finais

Ao longo deste trabalho, abordamos o conceito de Autonomia Digital no contexto educacional, destacando a evolução tecnológica e suas implicações no processo de ensino-aprendizagem. As tecnologias digitais têm revolucionado a educação, proporcionando novas metodologias que tornam o aprendizado mais dinâmico e atraente para os estudantes da era digital.

A autonomia digital, conforme discutida, vai além da simples utilização de ferramentas tecnológicas. Ela envolve a capacidade dos indivíduos de tomar decisões informadas, de se auto-regularem e de se envolverem de maneira crítica e ativa no ambiente digital. Essa autonomia é crucial para a formação de cidadãos capazes de navegar e prosperar em uma sociedade cada vez mais digitalizada.

Os desafios mencionados, como a falta de conhecimento adequado sobre o uso das tecnologias digitais por parte dos estudantes e a necessidade de formação contínua dos educadores, indicam que ainda há um caminho a ser percorrido. É essencial que as instituições de ensino invistam em capacitação tecnológica e promovam uma cultura de aprendizado contínuo para todos os envolvidos no processo educacional.

Além disso, a integração das Tecnologias Digitais (TD) deve ser vista como uma oportunidade para democratizar o acesso ao conhecimento e promover a inclusão. As TDs possibilitam o aprendizado em ambientes virtuais, alcançando estudantes em regiões remotas e oferecendo recursos educativos de alta qualidade.

Em conclusão, a autonomia digital é um componente fundamental para a educação no século XXI. Ela capacita os indivíduos a utilizarem as tecnologias de forma eficaz, crítica e ética, contribuindo para uma sociedade mais informada e conectada. Para alcançar esse objetivo, é necessário um esforço conjunto de educadores, instituições e políticas públicas que valorizem e incentivem o desenvolvimento dessas competências. O futuro da educação depende de nossa capacidade de adaptar e integrar essas tecnologias de maneira inclusiva e eficiente, garantindo que todos os estudantes tenham as ferramentas necessárias para se tornarem cidadãos autônomos e conscientes no mundo digital.

Referências

AUTRAN, M. M. M.; BORGES, M. **Competências Digitais: Comportamentos, percepções e atitudes dos docentes/pesquisadores dos ppgcis–2008 a 2012**. In: XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. 2016

AZEVÊDO, E. M. S. de; FRANCISCO, D. J.; NUNES. **A Fluência Digital como possibilitadora de Inclusão Digital de crianças mediante ações em oficinas**, 2018. p. 745.

BARROSO, J. **O estudo da autonomia da escola: da autonomia decretada à autonomia construída**. In: BARROSO, João. O estudo da Escola. Porto: Porto Ed., 1996

BEHAR, P. A. **Competências em Educação a Distância**. Porto Alegre, 2013.

BITTENCOURT, P. A. S.; ALBINO, J. P. **O uso das tecnologias digitais na educação do século XXI**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, p. 205–214, 2017.

BORGES, W. M. S.; NASCIMENTO, I. V. do; RODRIGUES, S. F. N. **Apontamentos Sobre as competências Digitais para o desenvolvimento profissional de professores e as possibilidades do metaverso para a educação. TICs & EaD em Foco**, São Luís, v. 9, n. 2, p. 6–23, 2023

BRESSANE, T. **A autocomunicação de massas segundo Castells**. Cmais - O Portal de Conteúdo Da Cultura, São Paulo, 17 jun. 2016.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1

DEBUS, J. C. dos. S. **Educação para a autonomia: Reflexões sobre a atualidade do conceito de autonomia a partir de um estudo entre crianças**. Florianópolis, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura).

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido: o manuscrito**. Projeto editorial, organização e revisão: Jason Ferreira Mafra, José Eustáquio Romão e Moacir Gadotti. São Paulo: Instituto Paulo Freire: Universidade Nove de Julho; Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.

GABRIEL, Martha. **Educar: A Revolução digital na educação**. São Paulo: Saraiva, 2013

HUU, P. T. **Impacto da competência digital dos colaboradores na relação entre autonomia digital e comportamento de trabalho inovador: uma revisão sistemática**. Artif Intell Rev 56 , 14193–14222 (2023)

JESUS, M.S.; SAID, F. A. **Autonomia: Conceitos e correlações com a prática do enfermeiro**. Rev enferm UFPE on line. 2008 jul./set.

FAURE, L. & VENDRAMIN, P. & SCHURMANS, D. (2020). **A situated approach to digital exclusion based on life courses**. *Internet Policy Review*, 9(2). <https://doi.org/10.14763/2020.2.1475>

LANKSHEAR, C.; KNOBEL, M. **Pesquisa pedagógica: do projeto a Implementação**. Porto Alegre: Artmed. 2008. 328 p.

LUCAS, G. S. **Vivências tecnológicas da rede SESI-SP : uma estratégia organizacional para auxiliar o processo de ensino e aprendizagem**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, 2015.

KANT, I. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2007.

MARTINS, A. M, **Autonomia e educação: a trajetória de um conceito**. Cadernos de Pesquisa, nº 115, p. 207-232, 2002.

MASCHIO, E. C. F. **A cultura digital na escola: reflexões sobre a transformação da prática educativa escolar**. Revista Intersaberes v. 10, n. 21, p. 577-594, set./dez. 2015.

MICHAELIS, **Dicionário de Português Online**. Disponível em: Acesso em: 23 out. 2023.

MORAIS, G. R. **Tecnologia digital aplicada na gestão da EPT para auxiliar o trabalho docente**. IFG, Morrinhos, 2020. Disponível em: [https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/1354/1/Disserta%
c3%a7%c3%a3o_Gilmar_Morais_reposit%
c3%b3rio.pdf](https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/1354/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o_Gilmar_Morais_reposit%c3%b3rio.pdf)

MORAN, J. M. **A educação que desejamos – Novos desafios e como chegar lá**. 4 ed. Campinas: Papirus, 2009.

MOSSMANN, L. M . **Em busca da autonomia: a pesquisa como percurso na formação de profissionais técnicos em química**. Feliz, RS, 2018. 61 p. TCC (Graduação em Licenciatura em Química) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, campus Feliz, 2018. Disponível em:

SÁ, L.V, OLIVEIRA, R.A.de. **Autonomia: uma abordagem interdisciplinar**. Saúde, Ética & Justiça. 2007;

SANTOS, C. F. **Alfabetização e letramento: Conceitos e relações**. 1 ed., 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p.152

SERAFINI, A. M. dos. S. **A idealização e a realidade. A autonomia do aluno em Educação a Distância**. Dissertação (Mestrado em Educação) PPGE, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

TAKAHASHI, T. (org.). **Sociedade da Informação no Brasil**: Livro Verde. Brasília: MCT, 2000

TAROUCO, L. M. R. **Um panorama da Fluência Digital na Sociedade da Informação**. In: BEHAR, P. A. (Org.). Competências em Educação a Distância. Porto Alegre: Penso, 2013.

VIVANCOS, J. **Tratamiento de la Información y Competencia Digital**. Madrid: Alianza, 2008.